



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

**ATA DA REUNIÃO ATENDENDO AO OFÍCIO Nº 85/2024, AUTORIA DO VEREADOR MAURÍCIO ANTÔNIO BORGES ANDRADE E SILVA, REALIZADA PRESENCIALMENTE NA SECRETARIA DE SAÚDE, NO DIA VINTE E SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. (26-01-2024).**

Ao vigésimo sexto dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, sexta-feira, às nove horas e quinze minutos, foi realizada reunião presencial na Secretaria de Saúde, atendendo ao Ofício Nº 85/2024 de autoria do Vereador Maurício Antônio Borges Andrade e Silva, para tratar sobre o Pagamento do Incentivo Financeiro Adicional (IFA); **Participaram da reunião:** Os Vereadores José Antunes Vieira e Maurício Antônio Borges Andrade e Silva **Registraram Presença:** Leandro Guilherme Silva Pereira - Secretário de Saúde; Ana Cristina de F. Santos - Agente Comunitário de Saúde (ACS); Wanderson Marcos Behort - Agente de Combate a Endemias (ACE); Ana Maria Martini Pereira - ACE; Juliano Soares de Souza - ACS; Nathália Ap. Duarte Cruz - ACS; Marcela Alves de Lima Santos - Secretaria de Saúde; **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental” O Vereador Maurício iniciou os trabalhos desta reunião agradecendo a presença de todos e passou a palavra para o Sr. Leandro que informou que havia procurado se informar sobre a situação e a partir disso, iria encaminhar um requerimento aos responsáveis, declarando que, de acordo com a Lei, o valor da insalubridade é calculado pelo salário mínimo e isso é para todas as categorias, mas irá verificar o “incentivo” que a categoria recebe, dado vir por meio de Lei Federal. Disse que esteve no conselho de Secretários e averiguou que há uma nota no CONASEMS, que apresenta o que é o valor destinado aos Colaboradores, não podendo ser usado como “décimo quarto”. Com a palavra, a Sra. Natália disse que no Município sempre negou usar este “incentivo” para o pagamento do Décimo Terceiro, além de, “o que o Município está fazendo com este dinheiro recebido, dado que, não está chegando na categoria, pois, até o EPI utilizado está em falta, desta forma, qual a justificativa do Município em não passar?” dado que, “ainda somos uma mão de obra sem custo pró Município, pois, o piso é repassado cem por cento pelo Ministério da Saúde, o pagamento do vale alimentação é pago para todos os servidores igualmente, e a insalubridade sendo paga por lei interna”, sendo assim, o incentivo que é garantido em Lei, não será repassado além de não terem os mesmos direitos que o Efetivos da Cidade. Com a palavra, o Vereador José Antunes concorda que deve-se sempre fornecer incentivos ao servidor, priorizado sempre, “a saúde e a Educação” afirma que apesar do rendimento alto da Cidade, tinha-se diversos problemas devido a “má administração”, sabe que o Prefeito atual, “dentro a possibilidade e legalidade irá atender a categoria”. Com a palavra, o Sr. Leandro afirma que desde que assumiu a pasta, vem buscando atender os direitos de todas as categorias, e que já irá marcar uma próxima reunião, pois já está realizando os levantamentos necessários, que normalmente passam internamente, pela Secretaria de Administração, Controle Interno e Procuradoria do Município, e somente após, providenciaria uma resposta efetiva sobre a situação. Com a palavra, a Sra. Marcela relata que além disto, é necessário fazer o levantamento correto do número de colaboradores da categoria. Complementando, o Sr. Leandro relata que desde que assumiu, vem realizando o levantamento do Sistema de Informação, de todos os setores da Secretaria, no qual vem sendo averiguado uma total desorganização deixada pela gestão anterior, sendo assim, a Pasta vem trabalhando fortemente para digitalização e alimentação de todos os dados da Secretaria para que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camaramariana.mg.gov.br

não ocorra um possível pagamento e que nem todos os ACS's recebam por não estarem devidamente cadastrados. Complementando, a Sra. Natalia disse para "tomarem cuidado para não realizarem o repasse para quem está em desvio de função, que ela seja feita somente para os profissionais que estão exercendo a profissão". Com a palavra, o Sr. Juliano lembrou que por este ano ser Eleitoral, até qual data este processo pode ser resolvido?. Em resposta, a Sra. Marcela relata que "o incentivo por si só não caracteriza este tipo de repasse, ele poderia ser utilizado pelo Município de diversas formas". Com a palavra, o Vereador Mauricio questionou o que está sendo feito com este recurso, pois ele é recebido pelo Governo Federal. Em resposta, a Sra. Marcela relata que ele é utilizado para qualquer ação vinculada aos ACSs. Em réplica, a Sra. Natália relata que "dos cinco anos que eu estou na Prefeitura, não chegou nenhuma ação para mim, e o que era alegada na gestão passada é que este recurso era utilizado para pagar décimo terceiro, o que é proibido". Complementou que é necessário que a Prefeitura apresente um extrato sobre o que está sendo feito com a verba, além de que, caso esta solicitação não seja atendida, a categoria tomará as medidas legais, que com exemplo de outros Municípios, é atendida e com o pagamento retroativo. Com a palavra, o Sr. Leandro entende que a solicitação é cabível além dos ACS estarem dispostos a conversar e será buscado pela Pasta. Com a palavra, a Sra. Natalia perguntou, "com quanto tempo será feito este levantamento?" Em resposta, a Sra. Marcela relata ser simples, e em breve irá fazer. Com a palavra, o Vereador Mauricio reafirma a necessidade do levantamento dos dados, e após definirem o que será realizado. Com a palavra, o Sr. Leandro disse que fará os levantamentos e irá solicitar uma agenda com o Prefeito Celso, a fim de trazer uma definição para a categoria, assim criando o Projeto de Lei e encaminhado para Câmara. Com a palavra, o Sr. Juliano iniciou a pauta "relacionada ao sobreaviso dos ACS", o que pode ser feito em relação ao tema, dado possuírem uma escala durante uma semana. Com a palavra, a Sra. Ana Vitória informa que sempre que são chamados é realizado um pagamento de hora extra, mas não é pago o "Sobreaviso", que está de acordo com as funções predefinidas. Com a palavra, a Sra. Natália relata que estar de sobreaviso não os permite realizar tarefas de lazer, por poderem ser convocados a qualquer momento, e isto deveria ser monetizado. Em resposta, a Sra. Ana Vitória informa que se o colaborador não estiver à disposição faça a solicitação de retirada do nome da lista, mas também, deixará de receber os benefícios, além de começar a trabalhar em turnos, "seguindo a Lei à risca". Com a palavra, a Sra. Ana Maria questionou que durante o período de sobreaviso, em caso de convocação, eles devem comparecer com quanto tempo? Em resposta, a Sra. Ana Vitória relata isso é uma questão de "bom senso", a equipe deve se auxiliar neste processo. Com a palavra, o Sr. Juliano questionou se em caso de negativa por parte do Executivo, o que os Vereadores podem fazer. Em resposta, o Vereador José relata que é por diálogo, os Edis não podem obrigá-los a fazer isso, mas reafirma que se houver possibilidade e legalidade no processo, não haverá negativa do Prefeito. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais nada a tratar, "Em nome de Deus e do povo Marianense" o Vereador Mauricio Borges encerrou a reunião às dez horas e quinze minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**